

Avaliando danos A MELANCÓLICA TRAJETÓRIA DA CANDIDATURA GOVERNISTA

*Rogério L. Furquim Werneck**

Não havendo mais dúvida sobre o que nos reservam as urnas de domingo, é o momento de olhar para trás e tentar entender por que a candidatura governista acabou tendo desempenho tão melancólico. Como foi possível que um presidente como FHC – que deixa legado tão importante, depois de oito anos de governo, durante boa parte dos quais comandou uma coalizão que lhe assegurou o controle nominal de pelo menos dois terços do Congresso – tenha afinal fracassado, por tão larga margem, na tentativa de fazer seu sucessor? Não é uma indagação simples. O mais provável é que só seja respondida a contento no futuro, com suficiente distanciamento histórico. Mas alguns fatos mais óbvios já podem ser alinhavados sem maiores dificuldades.

É claro que muito da derrota acachapante do candidato governista é mérito das oposições, especialmente do PT. O partido soube fazer uma campanha eficaz, mostrou surpreendente habilidade política e, apresentando-se com roupagem totalmente nova, conseguiu que boa parte do eleitorado mais moderado, que jamais chegara a conquistar, se convencesse afinal de que o PT havia mudado. Tenha ou não mudado, o que importa é que, para muitos milhões de novos eleitores de Lula, o discurso novo-em-folha soou convincente. Mas não há de faltar quem se disponha a analisar quanto da derrota de Serra se deve aos méritos de Lula e do PT. O que, sim, talvez acabe recebendo menos atenção do que merece são os equívocos cometidos do lado governista.

Já não há como negar que a escolha do candidato do governo foi inadequada. Os mais fatalistas – inclinados a acreditar que desta vez, depois de oito longos anos, o governo estava mesmo destinado a perder, qualquer que fosse o candidato – talvez devessem pelo menos se perguntar se outros candidatos, que acabaram preteridos, também estavam fadados a perder de capote. E os que se apressam a concluir que, com o mau desempenho da economia, o governo não tinha mesmo como ganhar a eleição, talvez pudessem indagar até que ponto tal desempenho não foi simples decorrência das incertezas e turbulências da longa campanha eleitoral, marcada pela percepção de que o candidato do governo não era viável.

Seria apressado e injusto atribuir toda a culpa do desastre a José Serra. Ambições desmedidas e sentimentos incontidos de predestinação são inerentes ao jogo político. O que foi lamentável é que faltou, à coalizão governista e ao próprio PSDB, institucionalização suficiente para que fossem acionados mecanismos dissuasórios, capazes de impedir que um simples projeto pessoal se sobrepusesse aos interesses maiores do partido, da coligação política e do País.

No final de 2000, com a economia crescendo a mais de 4% ao ano e FHC colhendo os louros do círculo virtuoso que havia sido deflagrado no início de 1999, Serra entendeu que jamais seria o candidato de consenso da ampla coalizão que vinha dando sustentação ao governo desde 1994. E colocou-se em campo para retalhar a coalizão de forma a reduzi-la à medida exata de seu projeto político. A operação, racionalizada como uma grande cruzada de

deapuração da aliança governista, teve como retumbante marco inicial a eleição de Lder Barbalho para a presidência do Senado.

No início de 2001, o rastro de destruição política que havia sido deixado pela operação depuradora já dava margem a sérias dúvidas sobre a possibilidade de que FHC viesse a fazer o sucessor. Em abril, a eclosão da crise energética e a súbita interrupção do círculo virtuoso que vinha marcando o bom desempenho da economia deixaram o governo atarantado e FHC enfraquecido, ampliando o espaço de manobra com que contava Serra. Em outubro, com o País ainda sob o impacto dos atentados terroristas de 11 de setembro, os círculos “desenvolvimentistas” mais desabridos, comprometidos com a candidatura Serra, chegaram a comemorar publicamente o fim iminente do “fernando-malanismo”.

Esfacelada a coalizão governista, a candidatura acabou nem mesmo angariando apoio irrestrito da aliança PSDB-PMDB. O PMDB cindiu-se. E, no próprio PSDB, boa parte do apoio terminou sendo dado a contragosto. Mário Covas já havia alertado que Serra era um candidato inadequado. E não faltou quem lembrasse que algumas de suas deficiências lhe seriam fatais. Nem quem alertasse que o último presidente sem carisma, eleito pelo voto direto, havia sido Eurico Gaspar Dutra, há meio século, ainda na era do rádio. Não houve como dissuadí-lo. Serra foi em frente, contra tudo e contra todos, agarrado em supostos direitos sucessórios, adquiridos em tempos remotos, quando o tucanato ainda estava em estado embrionário. Num devaneio mexicano, parece ter acreditado que bastaria um *dedazo* de FHC para ungi-lo presidente. A democracia de massas brasileira haveria de se revelar um tanto mais complexa.

Serra não conseguiu nem mesmo empolgar formadores de opinião e segmentos mais educados do eleitorado. Com um discurso econômico ambíguo e equivocado, simplesmente passou ao largo da questão crucial da agenda fiscal. Concentrou-se na pregação monocórdica de mais “ativismo governamental” para melhorar a balança comercial. Um argumento que foi ficando gritantemente velho ao longo da própria campanha, à medida que os efeitos da depreciação cambial, sobre o superávit comercial, afinal se faziam sentir com especial vigor. É com tristeza, que agora se assistiu, no apagar das luzes da campanha, ao candidato governista, já entregue ao desespero, dispondo-se até mesmo a defender a renegociação das dívidas dos Estados.

Há alguns meses, esforçando-se para entrever uma superação das resistências à candidatura governista, o Planalto agarrou-se ao vaticínio de que, gostassem ou não, os que se opunham a votar em Lula estavam todos condenados a votar em Serra. A esta altura, já não resta dúvida de que, na verdade, estávamos condenados a bem mais do que isto.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.